

# O PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO - UMA ANÁLISE A PARTIR DA DINÂMICA DA AGRICULTURA DE INHACORÁ - RS

Patricia Eveline dos Santos<sup>1</sup>  
Benedito Silva Neto<sup>2</sup>

## Resumo

O estudo tem como objetivo analisar os efeitos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) na dinâmica do desenvolvimento da agricultura do município de Inhacorá, RS, devido a grande adesão das famílias desse município a este Programa. Para isso buscou-se conhecer a dinâmica da sua agricultura por meio do método de Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários. A ADSA compreendeu as seguintes etapas: leitura da paisagem e zoneamento agroecológico; história agrária e trajetórias de acumulação; tipologia dos agricultores; análise técnica e econômica dos sistemas de produção, e projetos de desenvolvimento rural para os tipos beneficiários do PNCF. Foram identificadas quatro microrregiões: Descapitalizada, Crédito Fundiário, em Capitalização e Capitalizada. Nesse universo, as principais formas de agricultura podem ser representadas por 8 tipos de sistemas de produção, sendo 5 familiares e 3 patronais, que desenvolvem, entre outras atividades, prioritariamente a soja, o leite e a subsistência. A análise financeira dos projetos de financiamento das áreas de terra e da implantação dos sistemas de produção indicou que os três tipos beneficiários do programa apresentam grandes dificuldades para quitar os financiamentos. Baseado nestes resultados, no artigo discute-se uma reformulação nas condições de pagamento do PNCF. Os resultados obtidos indicam que o PNCF não pode ser considerado, por si só, como um instrumento de política de reforma agrária. Por outro lado, tais resultados permitem afirmar a importância desse programa para a promoção do desenvolvimento no município, ainda que este precise de alguns ajustes.

**Palavras-chaves:** Crédito Fundiário, Desenvolvimento, Sistemas Agrários.

## INTRODUÇÃO

Apesar das profundas transformações sociais e econômicas do país, a vigência de um padrão de propriedade que mantém e sustenta um dos sistemas de distribuição de terras mais desiguais conhecidos atualmente continua sendo considerado como um dos maiores entraves ao seu desenvolvimento.

Segundo Buainain et al. (s/d), apesar dos efeitos negativos da crise dos anos 1980 parte do setor agropecuário modernizou-se e pode ser hoje considerado como eficiente e competitivo. No entanto, o sistema de propriedade da terra não se modificou, foi ao contrário reforçado com o fechamento das fronteiras, as quais funcionavam como válvulas de escape para pressões fundiárias, e pelo conhecido processo de concentração da riqueza durante períodos de instabilidade monetária e crise de acumulação.

Neste contexto, as transformações produtivas, longe de aliviar o problema agrário, contribuíram para sua manutenção e até seu agravamento. Existe ainda a necessidade de acelerar e expandir o programa de reforma agrária e as intervenções fundiárias através de projetos de assentamento do INCRA, que adquiriram um papel de destaque entre as políticas públicas atualmente em implementação.

A simples expansão do programa de reforma agrária foi suficiente para colocar em debate sua eficácia e sustentabilidade e gerar novas políticas de reordenamento

---

<sup>1</sup> Economista, Mestre em Desenvolvimento. Professora FAHOR

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo. Doutor pelo INA-PG, Institut National Agronomique Paris-Grignon. Professor Adjunto Universidade Federal da Fronteira Sul.

fundiário. No entanto, busca-se obter novos desenhos de política que substituam as formas hoje encontradas que caracterizaram as políticas agrícolas e agrárias.

Além da intervenção do Estado na questão da reformas agrária, começa a surgir um novo instrumento constitucional de desapropriação de terras através do chamado “mercado de terras”. O Banco Mundial (BIRD) passou a financiar ou estimular a criação de programas de compra e venda de terras por camponeses pobres e trabalhadores rurais sem terra em diversos países, inclusive no Brasil. Um desses instrumentos é o Programa Nacional de Crédito Fundiário que está sendo utilizado em praticamente todos os estados do Brasil.

Este Programa tem obtido uma grande adesão no estado do Rio Grande do Sul, e em outros estados do Brasil, movimentando recursos tanto para a compra de terras como para investimentos em infraestrutura. Um exemplo dessa adesão é o município de Inhacorá localizado no noroeste do estado, que possui cerca de 350 famílias rurais, sendo que 59 já aderiram ao Crédito Fundiário e antes disso, 32 já haviam comprado áreas através do Programa Banco da Terra. Por isso tal município constitui-se em um caso interessante a ser estudado para que se possa avaliar o efeito destes instrumentos de política sobre o desenvolvimento do setor primário local, especialmente no que diz respeito à agricultura familiar.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar os efeitos do Programa Nacional de Crédito Fundiário na dinâmica do desenvolvimento da agricultura do município de Inhacorá especialmente no que diz respeito aos seus efeitos sobre a capacidade de reprodução social dos seus beneficiários e a sua influência sobre a estrutura fundiária.

O presente estudo está dividido em cinco partes, além desta introdução e das conclusões. No primeiro faz-se uma revisão sobre as relações entre a questão agrária e programas de crédito fundiário como o Banco da Terra e o Programa Nacional de Crédito Fundiário. A segunda parte descreve sucintamente o método utilizado para a pesquisa de campo, que é o de Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA). Na terceira e quarta parte são discutidos os resultados obtidos pela aplicação da Análise-Diagnóstico do Sistema Agrário do município de Inhacorá.

Na quinta parte são descritos os projetos desenvolvidos para os três tipos familiares, identificados e analisados pela ADSA, que são beneficiários do Programa, o que permitiu analisar a situação antes da adesão ao PNCF, a situação atual em que se encontram e as expectativas para os dezessete anos após a aquisição da terra.

Com este trabalho então foi possível apontar algumas conclusões a respeito dos projetos desenvolvidos no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário no município.

## **1 QUESTÃO AGRÁRIA E CRÉDITO FUNDIÁRIO**

A terra é um fator de produção fundamental na economia, mas que não é possível de ser produzido. É possível aumentar a produtividade, mas o tamanho da área territorial é limitado e sua forma de apropriação é uma questão fundamental e muito polêmica.

A estrutura fundiária no Brasil é decorrente de sua história de ocupação. Começou com as capitâneas hereditárias, quando o Brasil foi dividido, com doações a amigos do rei, e expandiu-se com as sesmarias (grandes propriedades de terras) que eram doadas a portugueses ou luso-brasileiros de posse ou chefes militares que se destacavam nas lutas.

Brum (1988) traz a concepção de que na formação econômica do Brasil permaneceram as grandes extensões de terras nas mãos de poucas famílias. Essas famílias eram formadas por senhores de engenho, fazendeiros de café, traficantes de escravos, importadores de manufaturas e estancieiros que impediam ou dificultavam que escravos, ex-escravos, homens livres, imigrantes se tornassem pequenos e médios proprietários rurais.

Em 1850 foi aprovada a Lei de Terras que estabelecia que a aquisição de terras só pudesse ser feita por compra e não mais através de doações. Mas não impedia a concentração de grandes propriedades nas mãos de poucos. Países considerados desenvolvidos fizeram profundas modificações na estrutura fundiária, ao contrário do Brasil, cujos problemas relacionados à concentração fundiária se estendem até os dias de hoje.

Na história de 1930 a 1960, Getúlio Vargas destacava a necessidade de uma reforma agrária, mas nada fez na prática. Brum (1988) argumenta que na época da ditadura militar mobilizações surgiram inclusive com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970, o que não impediu a concentração fundiária devido ao forte processo de modernização da agricultura ora em curso (Graziano da Silva, 1982). A partir de 1985, houve nova tentativa de implantar um programa de Reforma Agrária, com base no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), mas o sistema de propriedade da terra não se modificou. Ao contrário, foi reforçado com o fechamento das fronteiras, as quais funcionavam como válvulas de escape para pressões fundiárias, e pelo conhecido processo de concentração da riqueza durante períodos de instabilidade monetária e crise de acumulação. Neste contexto, as transformações produtivas, longe de aliviar o problema agrário, contribuíram para sua manutenção e até seu agravamento.

No governo de Fernando Collor (1990-1992), o programa de assentamentos foi paralisado, cabendo ressaltar que, nesse período, não houve nenhuma desapropriação de terra por interesse social para fins de reforma agrária. Como resultado, o curto período de seu governo caracterizou-se pelo aumento da violência no campo, inclusive contra as representações dos trabalhadores. Já no governo de Itamar Franco (1992-1994) retomaram-se os projetos de reforma agrária, sendo aprovado um programa emergencial para o assentamento de 80 mil famílias, porém só foram atendidas 23 mil com a implantação de 152 projetos, numa área de um milhão e 229 mil hectares.

No final de 1994, após 30 anos da promulgação do Estatuto da Terra, o total de famílias beneficiadas pelo governo Federal e pelos órgãos estaduais de terra, em projetos de reforma agrária e de colonização, foi da ordem de 300 mil, estimativa sujeita a correções, dada a diversidade de critérios e a falta de recenseamento no período 1964-1994, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, s.d.).

Pereira (2006) explica que a partir de 1994, o Banco Mundial passou a financiar ou estimular a criação de programas de compra e venda de terras por camponeses pobres e trabalhadores rurais sem terra na África do Sul e na Colômbia. Em 1997, o mesmo ocorreu no Brasil e na Guatemala. Com essa ação, o BIRD pretendia implementar em países marcados por grave problema agrário um modelo alternativo à reforma agrária redistributiva.

Segundo Pereira (2006) o governo de Fernando Henrique Cardoso inaugurou a política agrária denominada "Novo Mundo Rural", centrada em questões que materializam o pensamento do Banco Mundial: o assentamento de famílias enquanto uma política social compensatória; a "estadualização" das ações dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades inerentes à União para estados e municípios; e a substituição do instrumento constitucional de desapropriação por um programa de compra e venda de terras.

Essa política ficou conhecida como "reforma agrária de mercado". Na prática, o Estado financia a compra voluntária de terras entre agentes "privados", concedendo uma quantia variável a fundo perdido para investimentos sócio-produtivos. O proprietário é pago em dinheiro a preço de mercado, enquanto o trabalhador que compra a terra fica endividado. Se não quitar a dívida, perde a terra. Trata-se, portanto, de uma mera operação de mercado, complementada por algum subsídio (PEREIRA, 2006).

No Brasil, os dois projetos-piloto orientados pelo modelo do BIRD começaram em 1997. O primeiro chamado Projeto São José (ou "Reforma Agrária Solidária") foi implementado pelo governo do Ceará. O segundo, conhecido como Cédula da Terra, cuja concepção se baseia na chamada "reforma agrária apoiada no mercado". O objetivo do programa Cédula da Terra era atender trabalhadores rurais sem terra e os produtores rurais pobres, com terra insuficiente para assegurar processos de acumulação sustentáveis e até mesmo sua subsistência.

Em sua fase piloto o Cédula da Terra foi implementado em quatro estados da Região Nordeste (Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco) e em Minas Gerais, estendido mais tarde para outros 13 estados através do Programa Banco da Terra, de concepção semelhante. Teoricamente, a concepção do Programa Cédula da Terra foi consistente com a geração de uma estrutura de governança e de incentivos "dinamizadores" e capazes de inserir os beneficiários em um processo sustentável para diminuir a pobreza e promover o bem estar social das famílias, conforme descreve Pereira (2006).

O Banco da Terra aparece no pacote da nova organização das políticas agrárias do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), como parte de um conjunto de políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, um dos propósitos do Banco da Terra seria financiar a compra de terras e a infraestrutura básica para trabalhadores rurais visando contribuir para a quebra do ciclo da exclusão social e gerar emprego e renda no campo.

Buainain et al. (s/d), afirmam que é necessário, no entanto, fazer algumas reflexões sobre como passar do modelo conceitual para a análise de aspectos relativos à realidade e perguntar-se sobre os possíveis efeitos da realidade sobre a racionalidade do projeto. A partir destas considerações, algumas questões têm sido levantadas acerca dos possíveis efeitos negativos do funcionamento do mercado fundiário, como a possibilidade de que os preços das terras sejam "inflacionadas" pelo crédito fundiário e que os proprietários somente estariam dispostos a vender terras de má qualidade e com baixo potencial produtivo.

O programa do Banco da Terra foi extinto no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e após algumas modificações o Programa Cédula da Terra e posterior Banco da Terra passou a ser o Programa Nacional de Crédito Fundiário. Esse programa busca como resultado direto a criação de ocupações produtivas permanentes para as famílias beneficiadas, buscando um aumento de sua renda e conseqüentemente uma melhoria nas condições de vida da população rural. O recurso é liberado para a compra de terras e também para posterior investimento na infraestrutura. Esse Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é uma ação do Estado como um mecanismo de acesso à terra que tem como intenção contribuir para a ampliação e consolidação da Agricultura Familiar.

Com o início do governo Lula, o conjunto dos atores sociais do campo depositou suas esperanças na reversão da implementação do "mercado de terras". Resende et al. (2007), entendiam que a expectativa era de que a reforma agrária estaria no centro da agenda política, como uma forma importante de geração de empregos, de garantia a soberania alimentar e como base de um novo modelo de desenvolvimento. Mas os subprogramas "Combate à Pobreza Rural" e "Nossa Primeira Terra" do PNCF são idênticos aos subprogramas "Cédula da Terra" e "Crédito Fundiário de Combate à Pobreza" do Banco da Terra do governo Fernando Henrique Cardoso. Ambos têm as mesmas características, ou seja, são os mesmos programas apenas com pequenas modificações, com a concepção central da mercantilização da reforma agrária permanecendo igual. De acordo com essa concepção, o Estado abre mão da sua obrigação de promover a desconcentração fundiária, por meio da distribuição da terra, para que o mercado possa assumir o controle do território agrário.

Todos esses programas utilizam em seu financiamento o instrumento do Fundo de Terras, como no governo FHC. Também foi mantido o principal requisito de financiamento para a aquisição de terras, pois o programa permite a compra de áreas inferiores a 15 módulos fiscais.

Conforme consta no site do Ministério do desenvolvimento Agrário, no Programa Nacional de Crédito Fundiário, assim como no Banco da Terra, os “beneficiários” seriam trabalhadores rurais não-proprietários com algumas características do tipo assalariados, parceiros, posseiros ou arrendatários, que comprovassem no mínimo cinco anos de experiência na atividade rural. Também seriam potenciais “beneficiários”, os agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcançasse o módulo mínimo da propriedade familiar ou também os pequenos proprietários cuja área fosse insuficiente para produção. A forma de acesso ao programa ocorreu, prioritariamente, através de financiamentos por meio de entidades coletivas, formalmente constituídas, tais como Associações ou Cooperativas.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa foi a Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA), um método utilizado para o estabelecimento de linhas estratégicas de desenvolvimento da agricultura local. Pretendeu-se avaliar os efeitos da adesão ao Programa Nacional de Crédito Fundiário sobre a capacidade de reprodução social dos tipos de unidades de produção existentes no município.

Conforme Silva Neto (2007) os princípios metodológicos e os procedimentos da ADSA podem ser fundamentados a partir da Teoria da Complexidade e do Realismo Crítico. De acordo com este autor, a elaboração de narrativas históricas e de tipologias são os procedimentos mais adequados para a análise de sistemas que apresentam os níveis de mais alta complexidade ontológica, como as sociedades humanas e os ecossistemas cultivados dos quais tais sociedades dependem.

Ainda de acordo com Silva Neto (2007), uma característica importante da ADSA é que a mesma baseia-se em inferências abduativas, as quais se concentram diretamente no conteúdo das premissas e não nas relações formais entre as mesmas.

Enfim, Silva Neto (2008) salienta a grande coerência da ADSA com a Teoria da Evidência de Dempster-Shafer, a qual, portanto, pode ser utilizada para fundamentar estatisticamente os procedimentos da ADSA.

De acordo com Garcia Filho (1999), os princípios metodológicos adotados para a elaboração dos procedimentos da ADSA são:

- a) efetuar as análises a partir dos fenômenos mais gerais para os particulares, por meio de uma abordagem sistêmica em vários níveis;
- b) analisar cada nível da realidade especificamente, efetuando uma síntese dos níveis de análise mais abrangentes, antes de passar a analisar os níveis mais específicos;
- c) priorizar a explicação em detrimento da descrição, privilegiando o enfoque histórico;
- d) estar atento à heterogeneidade da realidade, evitando interpretações por demais generalizantes que dificultam a elucidação de processos de diferenciação.

Sendo assim, os procedimentos adotados na pesquisa na qual está baseada este artigo podem ser agrupados nas seguintes etapas (Garcia Filho, 1999):

- Levantamento das características gerais do município
- Realização de um zoneamento agroecológico do município
- Análise da história agrária do município Tipologia das unidades de produção agropecuárias do município
- Avaliação técnico-econômica dos sistemas de produção
- Análise da capacidade de reprodução social dos tipos
- Análise das condições para a viabilidade financeira de projetos financiados pelo PNCF por meio da análise de casos típicos.

Uma renda de um salário mínimo por Unidade de Trabalho Familiar (UTF – correspondente à cerca de 200 horas mensais de trabalho de um membro da família do agricultor) foi adotada como o resultado mínimo necessário para assegurar a reprodução do social dos diferentes tipos de agricultores. Tal nível de renda justifica-se pelo baixo nível de educação formal da grande maioria dos agricultores de Inhacorá, os quais também não possuem qualificação profissional específica.

### 3 CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRIA AGRÁRIA DE INHACORÁ

#### 3.1 Características Gerais do Município

O município de Inhacorá foi emancipado em 20 de março de 1992 (Lei nº 9568), originando-se de Chiapetta e Catuípe. Constitui-se uma área de 114,1 Km<sup>2</sup> situado na região noroeste do Planalto do Rio Grande do Sul. Conforme dados do IBGE (2000), sua população geral é de 2.378 habitantes, sendo que 1277 são residentes na área urbana e 1.101 são residentes na área rural. Inhacorá tem como principal fonte de riquezas a agropecuária, destacando-se principalmente a produção de soja, milho, gado de corte e produção leiteira, sendo complementada por outros sistemas de criação e produção.

Desde 2001, no município foram beneficiadas 31 famílias pelo Programa Banco da Terra e atualmente (dados do site do Ministério do Desenvolvimento Agrário dia 05/12/2008) existem 59 beneficiários pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário. Num município onde existem aproximadamente 350 famílias rurais essa política pública teve sua relevância na agricultura familiar.

#### 3.2 Zoneamento Agroecológico

A partir da leitura da paisagem foi possível dividir o município em quatro microrregiões através das condições heterogêneas de distribuição de terras, das características de relevo, cultivo, densidade populacional, características ecológicas, tipos de produtores, instalações das propriedades e máquinas agrícolas.

**Microrregião Descapitalizada:** Essa microrregião possui um solo pedregoso, com características de afloramento de rocha, com alta declividade, o que restringe o uso de algumas máquinas agrícolas. A presença de mata nativa era praticamente em toda a área antes da colonização, mas agora é apresentada apenas na encosta do Rio Buricá e do Rio Passo Fundo. Os tipos de agriculturas existentes são de pequenas propriedades, com produção leiteira (pastagem capim elefante, tifton, potreiro, pasto italiano), culturas anuais (como milho e pequenas quantidades de soja) e subsistência (mandioca, amendoim, batata, feijão, abóbora, criação de bovino de corte, avicultura e suinocultura). Caracterizam-se também por serem produtores menos capitalizados e com presença de mais moradores comparados com a microrregião Crédito Fundiário e microrregião em Capitalização.

**Microrregião Crédito Fundiário:** destaca-se por ter várias famílias que aderiram a programas como Banco da Terra e Crédito Fundiário. Ela está localizada ao oeste e noroeste, divisa com Rio Buricá, possui um relevo ondulado à declivoso, com algumas áreas com presença de pedregosidade. Também é uma antiga área de mato, pois ainda resta algumas pequenas áreas com árvores nativas. Os tipos de agricultura existente são de pequenas propriedades, com tração incompleta precisando de contratação de serviços e existem alguns que prestam serviços para agregar renda. Nesta microrregião os agricultores demonstram um nível de capitalização intermediário entre as microrregiões Descapitalizada e em Capitalização. Caracteriza-se pela predominância de produção de soja, milho destino silagem planta inteira e grão úmido e pastagem. Possui algum tipo de diversificação com: leite (com diferentes tipos de pastagens), hortifrutigranjeiros, apicultura, avicultura de postura, eucalipto, cultivo de erva mate e fumo. Além disso, tem produção de subsistência (como mandioca, amendoim, batata, feijão, abóbora, criação de bovino de corte, frangos, suinocultura, piscicultura). Destaca-se pela presença de Olarias, extração de argila, para fabricação de tijolos maciços e telhas.

**Microrregião em Capitalização:** A microrregião esta localizada no nordeste do município divisa com Rio Inhacorá e município de Chiapetta com relevo ondulado à declivoso, com pouca pedregosidade e mais planos, pois parte desta área era antigamente mata nativa, e na outra começava uma região de campo. Os tipos de agricultura existente são de pequenas e médias propriedades, com tração incompleta precisando de contração de serviços e alguns prestam serviços para agregar renda. A principal característica é a intensificação na produção leiteira, pois em função de já possuírem um sistema de produção a alguns anos na atividade do leite os agricultores existentes então em fase de capitalização. Nas áreas mais planas predomina a produção de grãos associado à atividade leiteira mais intensiva, logo nas áreas de relevo mais irregular a produção de leite é mais extensiva. E existe um início de diversificação com hortifrutigranjeiros, apicultura, avicultura de postura e cultivo de erva mate. Além disso, tem produção de subsistência.

**Microrregião Capitalizada:** Essa microrregião possui um relevo ondulado à plano, um solo vermelho sem presença de pedregosidade. As partes de potreiro das unidades de produção observadas nessa microrregião apresentam vegetação rasteira nativa, como também incidência de capim barba-de-bode, o que leva a crer que no passado essas áreas eram constituídas por campo nativo. Predominância de tipo de agricultura patronal, propriedades com grandes extensões de terras com mão-de-obra fixa. Cultura de grãos, como soja, trigo, milho e pastagem (gado de corte intensivo e extensivo, ovinocultura) aveia, pipoca, girassol, canola e linhaça. Tração mecanizada completa com presença de irrigação, com sistema de plantio direto e correção de solos. Caracterizam-se também por serem produtores mais capitalizados.

### 3.3 História Agrária do Município de Inhacorá

Até meados dos anos 1920 as terras de mato do atual território de Inhacorá eram ocupadas por caboclos e indígenas Kaingang, os quais praticavam uma agricultura de derrubada e queimada. As terras de campo, cujos solos eram ácidos e de baixa fertilidade natural, eram ocupadas pela pecuária extensiva.

Ao contrário da maior parte dos municípios da região de Ijuí, cuja ocupação por meio de projetos de colonização organizados pelo Estado ou por empresas privadas, as intensificação da ocupação das terras do atual território de Inhacorá ocorreu de forma muito menos ordenada (SILVA NETO e BASSO, 2005).

A partir de 1935 até o final dos anos 1960, estabelece-se um fluxo migratório de famílias de municípios vizinhos como Ijuí, Campo Novo, Frederico Westphalen, Pejuçara e “Colônias Velhas”, além de famílias oriundas de áreas mais próximas como da localidade de Espírito Santo no intuito de adquirir maior quantidade de terras. Essas famílias compravam do governo o direito de posse da terra para somente mais tarde adquirir as escrituras públicas, as quais eram registradas em Santo Ângelo. No entanto, até hoje muitas destas áreas atualmente não possuem registros legais.

A agricultura desenvolvida neste período era de derrubada e queimada sendo, que a criação de porcos para a produção de banha, a partir da cultura de milho e, mais tarde, também da soja, eram as atividades básicas dos sistemas de produção. Além disso, a exploração da erva mate também constituía-se em uma importante atividade.

A partir de 1950 tem início a exploração das terras de campo para a produção mecanizada de trigo, realizada por agricultores patronais (os “granjeiros”) e familiares, normalmente oriundos dos municípios vizinhos, os quais arrendam e acabam por adquirir terras de pecuaristas. O declínio da pecuária extensiva é uma constante no município até os dias de hoje.

As dificuldades de manutenção da fertilidade do solo por meio da agricultura de derrubada e queimada, realizada em pequenas áreas, aliada à queda dos preços da banha provocada pela sua crescente substituição por óleos vegetais, provoca uma profunda crise na agricultura familiar do município, a qual perdura até o advento dos

insumos químicos na década de 1970. Tal crise agrava ainda mais a já pronunciada fragmentação das explorações agropecuárias originada pela forma de ocupação do território, provocando um empobrecimento geral da população rural do município, a qual, devido as escassas oportunidades de trabalho fora da agricultura procura permanecer neste setor.

Com a introdução de equipamentos e insumos de origem industrial na agricultura, a ocupação das terras de campo se acelera baseada principalmente na cultura da soja, cujos preços a partir de 1973 se elevam significativamente no mercado internacional. Embora os insumos químicos também representassem uma forma de superar a crise de fertilidade das terras de mato, vários foram os fatores que dificultavam aos agricultores destas regiões de se beneficiar destes novos meios de produção. Em primeiro lugar, o baixo grau de capitalização da maioria destes agricultores impedia que estes conseguissem ter acesso aos novos meios de produção sem recurso ao crédito rural, o qual, aliás, encontrava-se em forte expansão. Em segundo lugar, a precariedade do acesso a terra, cuja propriedade legal muitos agricultores sequer possuíam, aliada ao fato da difusão dos insumos químicos por meio do crédito rural ter sido condicionada à disponibilidade de terras mecanizáveis para o plantio da soja, fez com que os agricultores familiares presentes nas terras de mato fossem amplamente marginalizados no processo de desenvolvimento desencadeado pela “modernização” da agricultura. Mesmo assim, alguns agricultores familiares conseguem certo grau de capitalização, o que lhes permite diversificar os seus sistemas de produção, especialmente por meio da pecuária leiteira, na medida em que o reduzido tamanho das suas explorações, aliado à falta de terras mecanizáveis, não lhes permitem escalas suficientes para a especialização na produção mecanizada de grãos. Esta diversificação se acentua com o fim dos subsídios ao crédito rural ocorrido a partir de 1984.

A partir de 2001 os agricultores de Inhacorá têm acesso ao Programa Banco da Terra, destinado à de compra de terras por trabalhadores sem terras com alguma experiência na área rural e por agricultores descapitalizados, totalizando 32 beneficiários. Com a mudança de governo o Programa Banco da Terra deu origem ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, o qual, de forma semelhante ao anterior, beneficiou 52 beneficiários no município. As compras das áreas de terras foram em alguns casos de grandes produtores, mas a maioria de lindeiros, que também eram pequenos produtores rurais.

Recentemente, estimulados por uma empresa fumageira que passou a atuar na região, alguns agricultores localizados sobre solos acidentados adotaram a cultura do fumo, e alguns agricultores patronais passaram a desenvolver a suinocultura.

#### **4 A DINÂMICA DO SISTEMA AGRÁRIO E OS TIPOS DE AGRICULTORES DE INHACORÁ**

A dinâmica do sistema agrário de Inhacorá, como atesta a sua formação histórica, foi marcada por um processo de acumulação profundamente desigual, o qual gerou diferentes trajetórias de acumulação, as quais por sua vez deram origem aos diversos tipos de agricultores atualmente presentes no município. Por outro lado, em que pese os efeitos negativos que este processo provocou sobre a dinâmica demográfica do município, especialmente após a generalização do cultivo da soja por meio de insumos e equipamentos de origem industrial, é notável a capacidade de adaptação mostrada pelos agricultores familiares em seu conjunto.

Assim, ao contrário dos agricultores patronais, localizados sobre as melhores terras e dispendo de crédito oficial farto e barato, muitos agricultores familiares das terras acidentadas, mesmo sem contar com praticamente nenhum apoio do Estado para a sua reprodução social conseguiram uma relativa acumulação de capital, procurando desenvolver sistemas de produção adaptados às suas condições.



A diversidade da agricultura de Inhacorá é fruto deste processo. Tal diversidade pode ser analisada por meio da classificação dos agricultores em oito tipos, dos quais cinco são familiares e três patronais, os quais se distinguem pelo nível de mecanização e combinação de atividades, e são descritos brevemente a seguir.

**Tipo Familiar, Leite, Grãos, Tração Mecanizada Incompleta:** agricultores descendentes de imigrantes oriundos dos municípios da região que se instalaram sobre terras acidentadas ou na zona de transição entre a mata e o campo. A partir de recursos provenientes do crédito rural puderam implantar sistemas de produção baseados na culturas da soja e do milho, possuindo trator e implementos, porém não colheitadeiras. A partir dos anos 1980, passaram a diversificar seus sistemas de produção, principalmente com bovinocultura de leite. As unidades de produção desse tipo possuem cerca de 29 hectares. Este tipo de agricultor atinge o nível de reprodução social e esta em capitalização principalmente por ter intensificado a produção leiteira ao longo dos anos, ou seja, os resultados técnicos e econômicos de cada subsistema proporcionam uma obtenção de uma renda agrícola que permite a realização de investimentos, evidenciando um processo de capitalização. Dispõe de 11,6 ha por Unidade de Trabalho Familiar. Entre os subsistemas, os grãos ocupam a maior parte da área útil seguido do subsistema leite que conta com equipamentos mecânicos, e com pastagens cultivadas anualmente e perenes.

**Tipo Familiar, Leite, Fumo, Grão, Tração Mecanizada Incompleta:** são agricultores que tiveram mais dificuldades em acessar recursos do crédito rural, o que, aliado ao fato de estarem localizados quase que exclusivamente sobre terras acidentadas, dispendo de cerca de 12 hectares, possuem apenas implementos a tração animal, contratando serviços de máquinas. Seus sistemas de produção são baseados na cultura do milho e da soja, sendo importante a produção de subsistência. Recentemente passaram também a produzir fumo. Este tipo de agricultor não consegue se reproduzir socialmente em função principalmente da reduzida área por unidade de trabalho familiar, ou seja, 3,0 hectares/UTf. Existe diferenças na intensificação dos subsistemas e é possível observar que com a introdução do cultivo do fumo foi possível ampliar a contribuição marginal da renda agrícola. Além disso, a produção do fumo permitiu um aumento nos resultados econômico de outras atividades como a do leite, com o consórcio do fumo e depois milho para produção leiteira. A subsistência continua sendo importante para este tipo de agricultor.

**Tipo Familiar, Grãos, Leite, Prestação de Serviços, Tração Mecanizada Incompleta:** agricultores provenientes de municípios vizinhos que puderam usufruir de um maior acesso ao crédito rural, cujas terras são em boa parte mecanizáveis. Tais condições permitiram que estes agricultores se especializassem em um primeiro momento na produção de grãos, e posteriormente implantassem a produção leiteira. Como possuem certo grau de mecanização, usam a colheitadeira, o trator e os implementos como fonte de renda prestando serviços à vizinhos. Por outro lado, esse tipo também de contrata serviços de máquinas para o plantio do milho e a fabricação de silagem e de feno. As unidades de produção desse tipo possuem 15 hectares aproximadamente. Este tipo de agricultor consegue se reproduzir socialmente somente com a renda adquirida através da prestação de serviços. Uma grande parte da superfície é ocupada por atividades com baixa contribuição marginal, e que as contribuições da subsistência e do Soja/Leite são fundamentais. Além disso, a reprodução social só é possível com o trabalho de prestação de serviços que também é importante para os outros tipos existentes no município. Este tipo apresenta uma descapitalização.

**Tipo Familiar, Leite, Subsistência, Tração Mecanizada Incompleta:** agricultores em geral originários do próprio município que eram trabalhadores rurais e pequenos arrendatários. Recentemente tiveram acesso à propriedade da terra por meio do Programa de Crédito Fundiário procurando implantar sistemas de produção baseados na bovinocultura de leite, porém utilizando boa parte das terras para a produção de subsistência. As unidades de produção desse tipo possuem cerca de 5 hectares. Este tipo de produtor também não atinge o nível de reprodução social, principalmente por

causa da reduzida área que possui, ou seja, possui uma SAU disponível de 3,7 ha por unidade de trabalho familiar. A composição da renda agrícola demonstra a intensificação na produção leiteira e a grande dependência ainda da produção para subsistência. Quase todos os equipamentos que possuem adquiriram através do Pronaf A (todos os beneficiários do PNCF têm direito a aderir a esse programa para adquirir infraestrutura e equipamentos).

**Tipo Minifúndio, Subsistência:** O tipo de agricultor Minifúndio Leite Subsistência Tração Animal não atinge o nível de reprodução social e predomina essencialmente na microrregião Descapitalizada. Necessita vender parte de sua força de trabalho para complementar a renda agrícola, que é normalmente contratada pelos agricultores patronais do entorno. A produção de alimentos para subsistência, a moradia própria e a possibilidade esporádica de trabalho na sua área adquirida contribuem para a decisão de aderir recentemente ao Programa Nacional de Crédito Fundiário. Apresentam uma quantidade de 8,00 hectares e uma unidade de trabalho familiar de 1,5 pessoas. Sua produção é de culturas anuais como milho, leite para venda e produtos para subsistência que é de extrema importância. A produção de alimentos como carne (bovina, aves, e suína), leite, ovos e banha, além das hortaliças e frutíferas compõem a produção de alimentos fundamentais na composição da renda para essas famílias.

**Tipo Patronal, Grãos, Tração Mecanizada Completa:** agricultores oriundos de municípios vizinhos, de onde vieram já com certo grau de capitalização, adquirindo principalmente terras de campo. São agricultores especializados na produção de grãos, a qual, realizada em escalas relativamente elevadas, lhes proporciona uma acumulação de capital significativa. Dispõem de áreas de 280 hectares, empregando cerca de uma unidade de trabalho assalariada, além das duas unidades familiares de que dispõem. Este tipo de agricultor também ultrapassa o nível de reprodução social. O subsistema soja/aveia é o que obtém a maior contribuição marginal da renda agrícola, seguido do soja/trigo. A menor contribuição é da combinação soja/cobertura. Possuem mecanização completa, ou seja, conjunto de máquinas, equipamentos e instalações voltados para o cultivo de grãos.

**Tipo Patronal, Grãos, Leite, Suínos, Tração Mecanizada Incompleta:** agricultores semelhantes ao tipo anterior, mas que, dispendo de superfícies menores, de aproximadamente 138 hectares, desenvolvem também a suinocultura. Este tipo de agricultor também ultrapassa o nível de reprodução social. Por sua vez, a reprodução social é alcançada explorando cerca de 5 há por UTf. Destaque para a produção de Suínos com uma contribuição marginal de R\$ 3.874,08, sendo que a ração de suínos é produzida na própria propriedade. A composição da renda agrícola demonstra também a importância da diversificação para este tipo de produtor.

**Tipo Patronal, Grãos, Gado de Corte, Leite, Tração Mecanizada Completa.** Unidades de produção semelhantes as do tipo anterior sendo que uma parte é constituída por agricultores descendentes de antigos criadores de gado. Apresentam um processo de acumulação menos intenso por se localizarem sobre a zona de transição entre a mata e o campo, dispendo de terras menos propícias à mecanização com uma área de 65 ha. Desenvolvem ainda a pecuária de corte ou mista sobre os solos não mecanizáveis. Este tipo de agricultor ultrapassa o nível de reprodução social. Por sua vez, a reprodução social é alcançada explorando cerca de 25 há por UTf. A pecuária de corte extensiva é o subsistema que obtém a menor contribuição marginal da renda agrícola. A composição da renda agrícola destaca também a importância do subsistema grãos (soja/trigo). Possui mecanização completa, ou seja, conjunto de máquinas, equipamentos e instalações voltados para o cultivo de grãos.

Observa-se que os tipos patronais superam o Nível de Reprodução Social, mas que há uma variação quanto à intensidade dos sistemas. O sistema Patronal Grãos Leite Suínos Gado de Corte é o mais intensivo, necessitando de menos área para atingir o NRS. O sistema Patronal Grãos é o segundo mais intensivo e o sistema Patronal Grãos Gado de Corte é o menos intensivo. Os agricultores que possuem uma área maior de terra têm mais acesso a recursos e condições gerais para atingir o nível de reprodução

social. Ou seja, os pequenos agricultores por mais que intensifiquem sua produção esbarram no seu limite da quantidade de hectares para produzir.

Os agricultores que aderiram ao PNCF além de adquirirem áreas pequenas, também se encontram em fase de implantação, ou seja, no início de seus projetos, o que dificulta para que haja uma escala maior no seu sistema produtivo e por isso apresentam dificuldades de reprodução social e conseqüentemente para pagar seu financiamento da terra.

## **5 AS CONDIÇÕES PARA VIABILIDADE FINANCEIRA DOS TIPOS BENEFICIÁRIOS DO CRÉDITO FUNDIÁRIO**

A partir da descrição dos tipos de agricultores existentes no município em estudo realizado no item anterior foram identificados três tipos que são casos típicos de beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário. São eles: Familiar Minifúndio Leite Subsistência Tração Animal, Familiar Leite Subsistência Tração Animal e Familiar Leite Fumo Grãos Subsistência Tração Mecanizada Incompleta Contratação de Serviços.

O objetivo desta parte é analisar as possibilidades de pagamento do crédito fundiário considerando-se a situação de agricultores típicos desde antes da aquisição da terra. Com isso, pretende-se verificar se o PNCF proporcionou um processo de capitalização ou não para esses beneficiários.

### **5.1 Tipo Familiar Minifúndio Leite Subsistência Tração Animal**

Antes de adquirir a terra os agricultores do tipo Familiar Minifúndio Leite Subsistência Tração Animal eram empregados e ganhavam um salário mínimo, trabalhando para tipos patronais, em serviços gerais de lavoura. Não possuíam área própria e nem qualquer tipo de equipamentos e benfeitorias.

Depois de ter se enquadrado nas normas do Programa este tipo adquiriu uma área de 8,00 hectares pelo valor de R\$ 40.000,00 para pagar em 17 anos (incluída a carência de 24 meses) e pagamento no terceiro ano de uma parcela integral (juros e principal). Os juros do financiamento são de 6,5%<sup>3</sup> ao ano e para pagamento em dia o beneficiário tem direito ao desconto de 15% da parcela e mais 2% nos juros.

O beneficiário após ter adquirido a área de terra teve direito ao Pronaf A que é o financiamento para infraestrutura no valor de dezesseis mil reais (R\$ 16.000,00), com prazo de 17 anos para pagar, com 24 meses de carência e juros de 1% ao ano. Com este valor agricultores deste tipo adquiriram vacas de leite e investimentos na infraestrutura para produção leiteira.

Na situação do primeiro ano o agricultor não consegue obter uma renda compatível com a sua reprodução social sem vender sua mão-de-obra para terceiros, mas a expectativa é de que no segundo ano a produção aumente conforme simulação feita para o estudo e ele viverá com a renda somente da agricultura.

Na simulação elaborada no projeto verificamos que com a intensificação na produção leiteira seria possível proporcionar um aumento da renda, a partir de um aumento no rendimento do leite de 7 litros/vaca/dia para 13 litros/vaca/dia. Para isso, é preciso que o agricultor melhore o manejo das vacas e o cultivo do milho e pastagens, conforme verificamos na elaboração de um balanço forrageiro. É importante salientar que o rendimento leiteiro com o sistema forrageiro que o tipo dispõe teria de ser aproximadamente 13 litros, mas para este tipo estudado alcançar esse rendimento não é muito comum.

---

3 No ano de 2008 o Governo Federal publicou modificações no PNCF, onde reduziu a taxa de juros de 6,5% para 5%. Conforme site: [www.creditofundiario.org.br](http://www.creditofundiario.org.br). Mas essas modificações somente valem para os novos beneficiários.

A renda agrícola que no primeiro ano era de R\$ 3.013,00 aumentaria para R\$ 8.649,00 no segundo ano, seguindo nessa média até o final do financiamento utilizando sua capacidade máxima de produção.

Como podemos verificar na figura 13 se for descontado o valor de um salário mínimo por mês mais décimo terceiro (referência salário mínimo de R\$380,00, em janeiro de 2008), totalizando R\$ 4.940,00 no ano a renda gerada não será suficiente para pagar o financiamento e o Pronaf. Salientando que a prestação da terra custa R\$ 2.266,67 mais os juros e o Pronaf A que custa aproximadamente R\$ 600,00 por ano.

Conclui-se que por diversos anos, desde o terceiro ano até o ano décimo segundo se esse agricultor quitar o financiamento teria que viver com menos de um salário mínimo por mês. E somente a partir do décimo terceiro ano esse tipo de agricultor conseguirá pagar os financiamentos e se manter com o mínimo por mês.

Atualmente é possível afirmar que este tipo de agricultor teria dificuldades de se viabilizar, pois seria difícil viver com uma renda menor do que o nível de reprodução social, e no caso estudado ele não consegue nem esse mínimo durante praticamente dez anos. A recuperação do capital investido demora muito e isso pode desmotivar o agricultor a continuar na atividade durante esse período, pois ele vivia antes com uma renda de um salário mínimo por mês.

A tabela 1 mostra os planos de financiamento da terra e do Pronaf A e a análise financeira do projeto deste tipo estudado. Assim, ao final de 17 anos, para cada R\$ 1,00 investido o retorno será de R\$ 0,1138. A Taxa Interna de Retorno de 1,37% indica que este projeto possui uma rentabilidade baixa. A recuperação do capital investido acontece somente no décimo quinto ano do projeto.

Tabela 1: Condições de Financiamento e Indicadores Financeiros do Projeto para o Tipo Familiar Minifúndio Leite Subsistência Tração Animal, Inhacorá (RS).

<b>CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO TERRA</b>	<b>DE DA</b>	<b>CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO PRONAF A</b>	<b>DE DO</b>	<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>
Taxa de juro anual: 6,5 %		Taxa de juro anual: 1 %		Taxa Interna de Retorno: 1,37%
Período de Financiamento: 17 anos	de	Período de Financiamento: 17 anos	de	Retorno sobre o capital investido: 11,38%
Período de Carência: 2 anos		Período de Carência: 2 anos		Tempo de recuperação de capital: 15 anos

Fonte: Pesquisa de campo.

## 5.2 Tipo Familiar Leite Subsistência Tração Animal

Na situação antes de adquirir suas áreas de terra os agricultores do tipo Familiar Leite Subsistência Tração Animal eram arrendatários e/ou meeiros, plantando milho e feijão basicamente para a subsistência e soja para venda em pequenas quantidades, pagando cerca de trinta por cento (30%) de toda sua produção para quem era dono da área que arrendavam. Possuíam apenas equipamentos manuais e não tinham nenhuma área própria.

Após todo processo burocrático adquiriu uma área de 5,5 hectares através do Programa Nacional de Crédito Fundiário num valor de R\$ 40.000,00 para pagamento em 17 anos, (nas normas já citadas anteriormente).

Os agricultores deste tipo Familiar Leite Subsistência Tração Animal após adquirir sua área tiveram direito ao Pronaf A. No primeiro ano o agricultor não consegue obter uma renda compatível com a sua reprodução social, mas no segundo ano a produção aumenta com a intensificação na produção leiteira. Na simulação elaborada no projeto

verificou-se que essa intensificação na produção leiteira proporcionaria um aumento da renda, a partir de um melhoramento no manejo das criações e cultivo dos insumos, com o rendimento do leite de 9 litros/vaca/dia subindo para 13 litros/vaca/dia. Esse rendimento leiteiro com o sistema forrageiro que o tipo dispõe também não é muito comum, mas pode ser alcançado.

Conforme o projeto elaborado a renda agrícola que no primeiro ano era de R\$ 5.462,00 conseqüentemente aumentaria para R\$ 8.805,00 e seguiria nessa média até o final do financiamento utilizando sua capacidade máxima de produção.

Esse tipo de agricultor também vai ter dificuldades de pagar o financiamento da terra. Desde o terceiro ano até o décimo primeiro ano ele teria que viver com menos de um salário mínimo por mês. Somente a partir do décimo segundo ano esse tipo de agricultor conseguirá pagar os financiamentos e se manter com o mínimo por mês.

Da mesma forma que o tipo Familiar Minifúndio Subsistência Tração Animal este tipo Familiar Leite Subsistência Tração Animal teria dificuldades de se viabilizar, pois também seria difícil viver com uma renda menor do que o nível de reprodução social, e no caso estudado viveria com menos do mínimo durante nove anos. No entanto, apesar da dívida há uma melhora nas condições de vida relativamente, pois esses agricultores viviam com muita pouca renda antes de aderirem ao Programa.

A tabela 2 mostra os planos de financiamento da terra e do Pronaf A e a análise financeira do projeto do Tipo Familiar Leite Subsistência Tração Animal que apresenta características muito parecidas com o tipo estudado no caso anterior e que conseqüentemente tem resultados parecidos. Ou seja, ao final dos 17 anos, para cada R\$ 1,00 investido o retorno será também de R\$ 0,1138. No entanto, a Taxa Interna de Retorno é de 1,31% o que indica que este projeto também possui uma rentabilidade bastante baixa. E a recuperação do capital investido acontece somente no décimo quinto ano do projeto.

Tabela 2: Condições de Financiamento e Indicadores Financeiros do Projeto para o Tipo Familiar Leite Subsistência Tração Animal, Inhacorá (RS).

<b>CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO DA TERRA</b>	<b>DE</b>	<b>CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO PRONAF A</b>	<b>DE</b>	<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>
Taxa de juro anual: 6,5 %		Taxa de juro anual: 1 %		Taxa Interna de Retorno: 1,31%
Período de Financiamento: 17 anos	de	Período de Financiamento: 17 anos	de	Retorno sobre o capital investido: 11,38%
Período de Carência: 2 anos		Período de Carência: 2 anos		Tempo de recuperação de capital: 15 anos

Fonte: Pesquisa de campo.

### **5.3 Tipo Familiar Leite Fumo Grãos Subsistência Tração Mecanizada Incompleta Contratação de Serviços**

Na situação inicial o tipo Familiar Leite Fumo Grãos Subsistência Tração Mecanizada Incompleta Contratação de Serviços já possuía uma área de terra de 8,00 hectares onde o sistema de produção era grãos, leite e fumo, além da subsistência. Já possui uma pequena infraestrutura, mesmo que rudimentar.

Após aderir ao Programa adquiriu uma área de 4,00 hectares através do Programa Nacional de Crédito Fundiário num valor de R\$ 40.000,00 nas mesmas normas que o tipo anterior já descrito. Este tipo também tinha direito ao Pronaf A, mas não aderiu a ele por se considerar bastante endividado com a construção do galpão de fumo e a compra da área de terra.

Dos três tipos estudados este é o que está em condições melhores para pagar o financiamento, apesar de sua renda não ser suficiente para assegurar a sua reprodução social. Na simulação elaborada no projeto verificou-se que o aumento da área aumentou o cultivo da soja e conseqüentemente aumentou a renda. Mas, a maior contribuição vem da intensificação do leite, juntamente com o fumo, ou seja, plantando o milho após a colheita do fumo. O rendimento do leite que era de 8 litros/vaca/dia sobe para 13 litros/vaca/dia e nesse caso as condições técnicas são mais favoráveis para atingir esse rendimento devido ao sistema forrageiro que dispõem.

A análise da renda agrícola que no primeiro ano era de R\$ 6.539,00 aumentaria para R\$ 9.092,00 e seguiria nessa média até o final do financiamento utilizando sua capacidade máxima de produção. Esse aumento permitiria a viabilidade do projeto a partir do sétimo ano, ou seja, passaria quatro anos tendo que viver com uma renda abaixo do nível de reprodução social desde o terceiro ano até o sexto.

Essas condições permitem afirmar que apesar de ter uma estrutura melhor esse tipo também irá passar por dificuldades para se manter nessa atividade até pagar o financiamento da terra através do Programa Nacional de Crédito Fundiário. No entanto, é esse tipo que apresenta as melhores condições de quitar o financiamento.

A tabela 3 mostra os planos de financiamento da terra e a análise financeira do projeto referente ao tipo Familiar Leite Fumo Grãos Subsistência Tração Mecanizada Incompleta Contratação de Serviços. Neste caso, ao final de 17 anos, para cada R\$ 1,00 investido o retorno será de R\$ 0,7009. A TIR de 7,32% indica que este projeto também apresenta uma baixa rentabilidade, mas é o mais rentável entre os três tipos. A recuperação do capital investido acontece no décimo primeiro ano do projeto.

Tabela 3: Condições de Financiamento e Indicadores Financeiros do Projeto para o Tipo Familiar Leite Fumo Grãos Subsistência Tração Mecanizada Incompleta Contratação de Serviços, Inhacorá (RS).

<b>CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO DA TERRA</b>		<b>DE INDICADORES FINANCEIROS DA</b>
Taxa de juro anual: 6,5 %		Taxa Interna de Retorno: 7,32%
Período de Financiamento: 17 anos	de	Retorno sobre o capital investido: 70,09%
Período de Carência: 2 anos		Tempo de recuperação de capital: 11 anos

Fonte: Pesquisa de campo.

## **CONCLUSÕES**

O estudo da realidade da agricultura de Inhacorá demonstra um intenso processo de diferenciação e exclusão social entre os agricultores. Com isso há uma grande concentração de terras entre os agricultores patronais. Os pequenos proprietários, minifundiários ou arrendatários estão buscando alternativas através de programas como Banco da Terra e PNCF para poder aumentar sua área ou mesmo adquirir sua primeira área de terra.

No entanto, pelo fato dos seus beneficiários adquirirem terras principalmente de pequenos agricultores, as possibilidades do PNCF ter um impacto significativo na estrutura fundiária de Inhacorá é muito pequena.

Além disso, os planos de financiamento adotados pelo Programa, em função das pequenas áreas adquiridas e dos sistemas de produção implantados por meio do Pronaf A, mostraram-se pouco adequados para assegurar a reprodução social dos agricultores.

Sendo assim, os resultados obtidos neste trabalho indicam que as entidades formuladoras do Programa Nacional de Crédito Fundiário deveriam repensar as condições de pagamento por meio de novos planos de financiamento mais adequados. Levando em consideração que nos primeiros dez anos os beneficiários apresentam maiores dificuldades para pagar o financiamento, tendo que viver com rendas incompatíveis com a sua reprodução social. No entanto, geralmente a partir do décimo primeiro ano as rendas obtidas aumentam, podendo até ultrapassar o nível mínimo. Assim, a cobrança das prestações por meio de amortizações livres poderia compensar os primeiros anos que geralmente são os mais difíceis.

Além disso, os resultados indicam que as decisões sobre em que e como são investidos os recursos do Pronaf A são fundamentais para o sucesso do agricultor, no caso daqueles que não possuem infraestrutura alguma. Para tanto, os beneficiários do PNCF teriam que ter um acompanhamento específico por técnicos desde a tomada de decisões do início do sistema produtivo a ser adotado até a execução do financiamento para infraestrutura. Considerando-se que o acesso à propriedade da terra implica em projetos de longo prazo, mais subsídios deveriam ser alocados, com juros baixos ou mesmo negativos, devido a importância do programa e os benefícios que este pode trazer para a sociedade.

Os resultados deste trabalho convergem com o de alguns autores que indicam que as famílias contempladas pelo programa Cédula da Terra estão impossibilitadas de pagar as dívidas contraídas com a compra da terra (SAUER, 2000). Dentre as principais causas, apontadas pelo autor, estão a falta de produção e de renda, cujo resultado é a combinação de fatores como terras de baixa fertilidade, falta de investimentos e de orientação técnica e precariedade de recursos naturais. Para os beneficiários do PNCF de Inhacorá a situação não é muito diferente, sendo que estes enfrentam em geral as mesmas dificuldades.

Enfim, é importante salientar que os resultados obtidos nesse estudo, embora relativos apenas ao município de Inhacorá, indicam que o PNCF não pode ser considerado como um instrumento eficaz para a promoção da reforma agrária, servindo apenas para a regularização fundiária. Por outro lado, tais resultados indicam o interesse na manutenção, ou mesmo ampliação, desse programa, o qual, embora ainda precise de ajustes, pode desempenhar um papel importante na promoção do desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUM, Argemiro J. Reforma Agrária e Política Agrícola. **Coleção Ciências Sociais**, 6. Ijuí: Ed. Unijui, 1988.
- BUAINAIN, A.M.; SILVEIRA, J.M.; TEÓFILO, E.. **Reforma Agrária, Desenvolvimento e Participação: Uma Discussão das Transformações Necessárias e Possíveis**. NEAD. s/d, 18p.
- CUNHA, Noel Gomes da et al. **Estudos dos Solos do Município de Inhacorá- RS**. EMBRAPA. Circular Técnica 41. Pelotas: Novembro 2004.
- GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Guia Metodológico: Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários**. Brasília: INCRA/FAO, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa**. Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O que é: Questão agrária. **Coleção Primeiros Passos**, 18. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- LIMA, Arlindo Jesus Prestes de; HENNIG, Cristiane De Conti. **Plano Estratégico de desenvolvimento agrícola do município de Augusto Pestana – RS**. Ijuí: UNIJUI, 2007. (Relatório de pesquisa).
- PEREIRA, João Márcio Mendes. **A "reforma agrária de mercado" do Banco Mundial no Brasil: da panacéia à agonia?** Texto originalmente publicado na Revista Sem Terra,

nº 34, jan./fev. de 2006, p.23-5. Disponível em: <<http://www.adital.com.br>>. Acessado dia 01/11/2007.

PRADO JR., Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO JR., Caio. **História**. São Paulo: Ática, 1982.

RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luisa. **As Atuais Políticas do Banco Mundial no Meio Rural**. Disponível em: <<http://www.acaoterra.org>>. Acessado dia 01/11/2007.

SACHS, Ignacy. "A economia política do desenvolvimento segundo Kalecki: crescimento puxado pelo emprego". In: POMERANZ, L.; MIGLIOLI, J; LIMA, G.T. (orgs). **Dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo: homenagem a M. Kalecki**. São Paulo: Edusp, 2001.

SANTOS, Fábio Fraga. **Políticas fundiárias e desenvolvimento local: O papel do Banco da Terra na reconstrução do rural**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SAUER, Sérgio. Reforma agrária de mercado: a experiência brasileira. **XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro. 30 de julho a 5 de agosto de 2000.

SILVA NETO, Benedito. (Coord.) **Avaliação e Caracterização Sócio-econômica dos Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**. Ijuí: UNIJUÍ, 2002. Relatório de pesquisa.

SILVA NETO, Benedito. SANTOS, Patricia Eveline. Desenvolvimento Sustentável: Uma abordagem baseada no conceito de Estrutura Dissipativa. **Revista Eisforia**. Florianópolis, Ano 5, v.5, n.2, 2007.

SILVA NETO, Benedito. Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários: uma interpretação baseada na Teoria da Complexidade e no Realismo Crítico. **Desenvolvimento em Questão**, janeiro-junho, vol. 5, n. 9, p. 33-58, jan.-jun. 2007.

SILVA NETO, Benedito. Fundamentos Estatísticos da Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários: uma interpretação baseada na Teoria da Evidência de Dempster-Shafer. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 6, n. 12, p. 121-148, jul.-dez. 2008.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**. Análise e recomendações de políticas. Ijuí: UNIJUI, 2005.

STIGLITZ, Joseph. E. **Em busca de um novo paradigma para o desenvolvimento: estratégias, políticas e processos**. UNCTAD, Genebra, 1998. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acessado em 23/04/2007.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.